

JOSÉ AFONSO DA SILVA

CURSO DE DIREITO
**CONSTITUCIONAL
POSITIVO**



46^a
EDIÇÃO
.....
revista e
atualizada



EDITORA
*Jus*PODIVM

www.editorajuspodivm.com.br



MALHEIROS
EDITORES

1ª ed., 1976; 2ª ed., 1984; 3ª ed., 1985; 4ª ed., 1ª tir., 1987, 2ª tir., 1988;
5ª ed., 1989; 6ª ed., 1ª e 2ª tirs., 1990; 7ª ed., 1991; 8ª ed., 1992; 9ª ed.,
1ª tir., 1992, 2ª e 3ª tirs., 1993, 4ª tir., 1994; 10ª ed., 1995; 11ª e 12ª eds., 1996;
13ª e 14ª eds., 1997; 15ª ed., 1998; 16ª ed., 1999; 17ª e 18ª eds., 2000;
19ª ed., 2001; 20ª e 21ª eds., 2002; 22ª ed., 2003; 23ª ed., 2004; 24ª e
25ª eds., 2005; 26ª e 27ª eds., 2006; 28ª e 29ª eds., 2007; 30ª e 31ª eds., 2008;
32ª ed., 2009; 33ª ed., 2010; 34ª ed., 2011; 35ª ed., 2012; 36ª ed., 2013; 37ª ed., 2014;
38ª ed., 2015; 39ª ed., 2016; 40ª ed., 2017; 41ª ed., 2018; 42ª ed., 2019;
43ª ed., 2020; 44ª ed., 2022, 45ª ed., 2024, 46ª ed., 2025.



EDITORA
JusPODIVM

MALHEIROS
EDITORES

www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo
Tel: (11) 3582.5757

Contatos: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>
malheiroseditores@terra.com.br

Copyright: Edições JusPODIVM e Malheiros Editores

Diagramação: Ana Paula Lopes Corrêa (aninha_lopescorrea@hotmail.com)

Capa: Ana Caquetti

S586c Silva, José Afonso da.
Curso de Direito Constitucional Positivo / José Afonso da Silva – 46.ed., rev.,
atual. e ampl. / até a Emenda Constitucional n. 135, de 20.12.2025 – São Paulo:
Editora JusPodivm, 2025.

944 p. (Coedição Malheiros)

Inclui bibliografia e índice.
ISBN: 978-85-442-6167-5.

1. Direito Constitucional. 2. Princípios Constitucionais. 3. Direitos Sociais. 4.
Federação Brasileira. 5. Governo da União. I. Silva, José Afonso da. II. Título.

CDD 341.2

Bibliotecária Responsável

Ana Carolina Ribeiro Moisés – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM e Malheiros Editores.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

PRIMEIRA PARTE DOS CONCEITOS E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Título I DO DIREITO CONSTITUCIONAL E DA CONSTITUIÇÃO

Capítulo I – Do Direito Constitucional

| | |
|------------------------------|----|
| 1. Natureza e conceito..... | 35 |
| 2. Objeto | 36 |
| 3. Conteúdo científico | 37 |

Capítulo II – Da Constituição

I. CONCEITO, OBJETO E ELEMENTOS

| | |
|---|----|
| 1. Conceito de constituição..... | 39 |
| 2. Concepções sobre as constituições..... | 40 |
| 3. Classificação das constituições | 42 |
| 4. Objeto e conteúdo das constituições..... | 45 |
| 5. Elementos das constituições | 46 |

II. SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO

| | |
|---|----|
| 6. Rigidez e supremacia constitucional..... | 47 |
| 7. Supremacia material e supremacia formal..... | 47 |
| 8. Supremacia da Constituição Federal..... | 48 |

III. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

| | |
|--|----|
| 9. Inconstitucionalidades..... | 48 |
| 10. Inconstitucionalidade por ação | 49 |
| 11. Inconstitucionalidade por omissão..... | 49 |
| 12. Sistemas de controle de constitucionalidade | 51 |
| 13. Critérios e modos de exercício do controle jurisdicional | 51 |
| 14. Sistema brasileiro de controle de constitucionalidade | 52 |
| 15. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade..... | 54 |

IV. AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE

| | |
|---|----|
| 16. A questão constitucional | 58 |
| 17. Finalidade e objeto da ação declaratória de constitucionalidade | 59 |
| 18. Legitimação e competência para a ação..... | 61 |

| | |
|--|----|
| 19. Efeitos da decisão da ação declaratória de constitucionalidade | 62 |
| <i>V. EMENDA À CONSTITUIÇÃO</i> | |
| 20. Terminologia e conceito | 63 |
| 21. Sistema brasileiro | 65 |
| 22. Poder constituinte e poder reformador | 66 |
| 23. Limitações ao poder de reforma constitucional | 67 |
| 24. Controle de constitucionalidade da reforma constitucional | 70 |

Capítulo III – Da Evolução Político-Constitucional do Brasil

| | |
|--|----|
| <i>I. FASE COLONIAL</i> | |
| 1. Capitanias hereditárias | 71 |
| 2. Governadores-gerais | 72 |
| 3. Fragmentação e dispersão do poder político na colônia | 72 |
| 4. Organização municipal na colônia | 74 |
| 5. Efeitos futuros | 74 |
| <i>II. FASE MONÁRQUICA</i> | |
| 6. Brasil, Reino Unido a Portugal | 74 |
| 7. Influência das novas teorias políticas e o movimento constitucional | 75 |
| 8. A Independência e o problema da unidade nacional | 76 |
| 9. A Constituição imperial | 76 |
| 10. Centralização monárquica | 77 |
| 11. Mecanismo político do poder central | 78 |
| 12. Os liberais e o ideal federalista | 78 |
| 13. Vitória das forças republicano-federalistas | 79 |
| <i>III. FASE REPUBLICANA</i> | |
| 14. Organização do regime republicano | 79 |
| 15. A Constituição de 1891 | 80 |
| 16. A Revolução de 1930 e a questão social | 82 |
| 17. A Constituição de 1934 e a ordem econômica e social | 83 |
| 18. O Estado Novo | 84 |
| 19. Redemocratização do país e a Constituição de 1946 | 85 |
| 20. Regime dos Atos Institucionais | 88 |
| 21. A Constituição de 1967 e sua Emenda 1 | 88 |
| 22. A Nova República e a Constituição de 1988 | 90 |
| 23. O plebiscito, a revisão e emendas constitucionais | 92 |

Título II

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Capítulo I – Dos Princípios Constitucionais

| | |
|--|----|
| 1. Princípios e normas | 93 |
| 2. Os princípios constitucionais positivos | 94 |

3. Conceito e conteúdo dos princípios fundamentais..... 95
4. Princípios fundamentais e princípios gerais do Direito Constitucional.... 97
5. Função e relevância dos princípios fundamentais..... 97

Capítulo II – Dos Princípios Constitucionais do Estado Brasileiro

I. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

1. O País e o Estado brasileiros 99
2. Território e forma de Estado 100
3. Estado Federal: forma do Estado brasileiro 101
4. Forma de Governo: a República..... 104
5. Fundamentos do Estado brasileiro..... 106
6. Objetivos fundamentais do Estado brasileiro..... 107

II. PODER E DIVISÃO DE PODERES

7. O princípio da divisão de poderes..... 108
8. Poder político 109
9. Governo e distinção de funções do poder 109
10. Divisão de poderes..... 110
11. Independência e harmonia entre os poderes 112
12. Exceções ao princípio..... 113

III. O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

13. Democracia e Estado de Direito 114
14. Estado de Direito 115
15. Estado Social de Direito..... 117
16. O Estado Democrático 119
17. Caracterização do Estado Democrático de Direito 121
18. A lei no Estado Democrático de Direito 124
19. Princípios e tarefa do Estado Democrático de Direito..... 124

*Capítulo III – Do Princípio Democrático
e Garantia dos Direitos Fundamentais*

I. REGIME POLÍTICO

1. Conceito de regime político 126
2. Regime político brasileiro 128

II. DEMOCRACIA

3. Conceito de democracia 128
4. Pressupostos da democracia..... 129
5. Princípios e valores da democracia 132
6. O poder democrático e as qualificações da democracia..... 136
7. Conceito de povo e democracia 138
8. Exercício do poder democrático..... 139
9. Democracia representativa..... 140
10. O mandato político representativo..... 141

| | |
|--|-----|
| 11. Democracia participativa | 144 |
| 12. Democracia pluralista | 146 |
| 13. Democracia e direito constitucional brasileiro | 148 |

SEGUNDA PARTE

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Título I

A DECLARAÇÃO DE DIREITOS*Capítulo I – Formação Histórica das Declarações de Direitos*

| | |
|--|-----|
| 1. Generalidades | 153 |
| 2. Antecedentes das declarações de direitos | 153 |
| 3. Cartas e declarações inglesas | 155 |
| 4. A Declaração de Virgínia..... | 157 |
| 5. A Declaração Norte-Americana | 159 |
| 6. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão..... | 161 |
| 7. A Declaração do Povo Trabalhador e Explorado..... | 163 |
| 8. Universalização das declarações de direitos..... | 165 |
| 9. Declaração de direitos nas constituições contemporâneas | 171 |
| 10. Declaração de direitos nas constituições brasileiras | 174 |

Capítulo II – Teoria dos Direitos Fundamentais do Homem

| | |
|--|-----|
| 1. Inspiração e fundamentação dos direitos fundamentais | 176 |
| 2. Forma das declarações de direitos..... | 179 |
| 3. Conceito de direitos fundamentais..... | 179 |
| 4. Natureza e eficácia das normas sobre direitos fundamentais..... | 183 |
| 5. Caracteres dos direitos fundamentais | 184 |
| 6. Classificação dos direitos fundamentais..... | 186 |
| 7. Integração das categorias de direitos fundamentais..... | 188 |
| 8. Direitos e garantias dos direitos | 189 |

Título II

DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS*Capítulo I – Fundamentos Constitucionais*

| | |
|--|-----|
| 1. Conceito de direito individual | 194 |
| 2. Destinatários dos direitos e garantias individuais..... | 195 |
| 3. Classificação dos direitos individuais..... | 198 |
| 4. Direitos coletivos | 199 |
| 5. Deveres individuais e coletivos..... | 200 |

Capítulo II – Do Direito À Vida e do Direito à Privacidade

I. DIREITO À VIDA

| | |
|---------------------------------------|-----|
| 1. A vida como objeto do direito..... | 201 |
| 2. Direito à existência | 202 |

| | |
|--------------------------------------|-----|
| 3. Direito à integridade física..... | 203 |
| 4. Direito à integridade moral..... | 205 |
| 5. Pena de morte..... | 205 |
| 6. Eutanásia..... | 206 |
| 7. Aborto..... | 207 |
| 8. Tortura..... | 208 |

II. DIREITO À PRIVACIDADE

| | |
|--|-----|
| 9. Conceito e conteúdo..... | 210 |
| 10. Intimidade | 211 |
| 11. Vida privada..... | 212 |
| 12. Honra e imagem das pessoas | 213 |
| 13. Privacidade e informática..... | 214 |
| 14. Violação à privacidade e indenização | 214 |

Capítulo III – Direito de Igualdade

| | |
|--|-----|
| 1. Introdução ao tema | 215 |
| 2. Igualdade, desigualdade e justiça..... | 216 |
| 3. Isonomia formal e isonomia material..... | 218 |
| 4. O sentido da expressão “igualdade perante a lei” | 219 |
| 5. Igualdade de homens e mulheres | 221 |
| 6. O princípio da igualdade jurisdicional | 222 |
| 7. Igualdade perante a tributação | 225 |
| 8. Igualdade perante a lei penal | 227 |
| 9. Igualdade “sem distinção de qualquer natureza” | 227 |
| 10. Igualdade “sem distinção de sexo e de orientação sexual” | 228 |
| 11. Igualdade “sem distinção de origem, cor e raça” | 229 |
| 12. Igualdade “sem distinção de idade” | 230 |
| 13. Igualdade “sem distinção de trabalho” | 231 |
| 14. Igualdade “sem distinção de credo religioso” | 231 |
| 15. Igualdade “sem distinção de convicções filosóficas ou políticas” | 232 |
| 16. O princípio da não discriminação e sua tutela penal | 232 |
| 17. Discriminações e inconstitucionalidade | 233 |

Capítulo IV – Direito de Liberdade

I. O PROBLEMA DA LIBERDADE

| | |
|--|-----|
| 1. Liberdade e necessidade..... | 235 |
| 2. Liberdade interna e liberdade externa | 236 |
| 3. Conteúdo histórico da liberdade | 237 |
| 4. O problema da conceituação | 237 |
| 5. Liberdade e liberação..... | 239 |
| 6. Liberdade e democracia | 239 |

| | |
|--|-----|
| <i>II. LIBERDADE E LIBERDADES</i> | |
| 7. Formas da liberdade | 240 |
| 8. Liberdade de ação e legalidade | 240 |
| <i>III. LIBERDADE DA PESSOA FÍSICA</i> | |
| 9. Noções e formas..... | 242 |
| 10. Liberdade de locomoção | 243 |
| 11. Liberdade de circulação..... | 244 |
| 12. A segurança pessoal – Remissão..... | 245 |
| <i>IV. LIBERDADE DE PENSAMENTO</i> | |
| 13. Conceito e formas de expressão | 246 |
| 14. Liberdade de opinião | 247 |
| 14.1 Escusa de consciência..... | 247 |
| 14.2 Formas de expressão | 248 |
| 15. Liberdade de comunicação | 249 |
| 15.1 Noção e princípios..... | 249 |
| 15.2 Liberdade de manifestação do pensamento..... | 249 |
| 15.3 Liberdade de informação em geral | 250 |
| 15.4 Liberdade de informação jornalística | 251 |
| 15.5 Meios de comunicação | 253 |
| 16. Liberdade religiosa | 254 |
| 17. Liberdade de expressão intelectual, artística e científica e direitos conexos..... | 259 |
| 18. Liberdade de expressão cultural | 261 |
| 19. Liberdade de transmissão e recepção do conhecimento..... | 261 |
| <i>V. LIBERDADE DE AÇÃO PROFISSIONAL</i> | |
| 20. Liberdade de escolha profissional: conceito e natureza..... | 262 |
| 21. Acessibilidade à função pública..... | 263 |
| 22. Regras de contenção..... | 264 |
| <i>VI. OS DIREITOS COLETIVOS</i> | |
| 23. Direitos coletivos e liberdade de expressão coletiva..... | 264 |
| 24. Direito à informação | 265 |
| 25. Direito de representação coletiva..... | 267 |
| 26. Direito de participação | 267 |
| 27. Direito dos consumidores | 268 |
| 28. Liberdade de reunião..... | 270 |
| 29. Liberdade de associação | 272 |
| <i>VII. REGIME DAS LIBERDADES</i> | |
| 30. Técnica de proteção das liberdades..... | 274 |
| 31. Eficácia das normas constitucionais sobre as liberdades | 274 |
| 32. Sistemas de restrições das liberdades individuais | 275 |

| | |
|---|-----|
| <i>I. DIREITO DE PROPRIEDADE EM GERAL</i> | |
| 1. Fundamento constitucional | 276 |
| 2. Conceito e natureza | 277 |
| 3. Regime jurídico da propriedade privada | 278 |
| 4. Propriedade e propriedades | 280 |
| 5. Propriedade pública..... | 281 |
| <i>II. PROPRIEDADES ESPECIAIS</i> | |
| 6. Considerações gerais..... | 281 |
| 7. Propriedade autoral | 282 |
| 8. Propriedade de inventos, de marcas e de nome de empresas | 284 |
| 9. Propriedade-bem de família | 285 |
| <i>III. LIMITAÇÕES AO DIREITO DE PROPRIEDADE</i> | |
| 10. Conceito e classificação..... | 285 |
| 11. Restrições | 286 |
| 12. Servidões e utilização de propriedade alheia | 286 |
| 13. Desapropriação e expropriação..... | 287 |
| <i>IV. FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE</i> | |
| 14. Questão de ordem | 287 |
| 15. Conceito e natureza..... | 288 |
| 16. Função social e transformação do regime de propriedade..... | 289 |

Título III
DIREITOS SOCIAIS

Capítulo I – Fundamentos Constitucionais dos Direitos Sociais

| | |
|--|-----|
| 1. Ordem social e direitos sociais | 291 |
| 2. Direitos sociais e direitos econômicos..... | 292 |
| 3. Conceito de direitos sociais..... | 292 |
| 4. Classificação dos direitos sociais..... | 293 |

Capítulo II – Direitos Sociais Relativos aos Trabalhadores

| | |
|---|-----|
| <i>I. QUESTÃO DE ORDEM</i> | |
| 1. Espécies de direitos relativos aos trabalhadores | 294 |
| <i>II. DIREITOS DOS TRABALHADORES</i> | |
| 2. Destinatários..... | 294 |
| 3. Direitos reconhecidos..... | 296 |
| 4. Direito ao trabalho e garantia do emprego | 296 |
| 5. Direitos sobre as condições de trabalho..... | 299 |
| 6. Direitos relativos ao salário..... | 300 |
| 7. Direitos relativos ao repouso e à inatividade do trabalhador | 301 |
| 8. Proteção dos trabalhadores..... | 302 |
| 9. Direitos relativos aos dependentes do trabalhador | 304 |
| 10. Participação nos lucros e cogestão | 305 |

| | |
|---|-----|
| <i>III. DIREITOS COLETIVOS DOS TRABALHADORES</i> | |
| 11. Caracterização | 308 |
| 12. Liberdade de associação ou sindical | 308 |
| 12.1 Associação e sindicato | 308 |
| 12.2 Liberdade e autonomia sindical | 309 |
| 12.3 Participação nas negociações coletivas de trabalho | 310 |
| 12.4 Contribuição sindical | 310 |
| 12.5 Pluralidade e unicidade sindical | 311 |
| 13. Direito de greve | 311 |
| 14. Direito de substituição processual | 313 |
| 15. Direito de participação laboral | 313 |
| 16. Direito de representação na empresa | 313 |

Capítulo III – Direitos Sociais do Homem Consumidor

| | |
|--|-----|
| <i>I. DIREITOS SOCIAIS RELATIVOS À SEGURIDADE</i> | |
| 1. Considerações gerais | 314 |
| 2. Seguridade social | 314 |
| 3. Direito à saúde | 315 |
| 4. Direito à alimentação adequada | 317 |
| 5. Direito à previdência social | 318 |
| 6. Direito à assistência social | 319 |
| 7. Vulnerabilidade social | 319 |
| <i>II. DIREITOS SOCIAIS RELATIVOS À EDUCAÇÃO E À CULTURA</i> | |
| 8. Significação constitucional | 319 |
| 9. Objetivos e princípios informadores da educação | 320 |
| 10. Direito à educação | 321 |
| 11. Direito à cultura | 321 |
| <i>III. DIREITOS SOCIAIS RELATIVOS À MORADIA</i> | |
| 12. Fundamento constitucional | 322 |
| 13. Significação e conteúdo | 322 |
| 14. Condição de eficácia | 323 |
| <i>IV. DIREITO AMBIENTAL</i> | |
| 15. Direito ao lazer | 324 |
| 16. Direito ao meio ambiente | 324 |
| <i>V. DIREITOS SOCIAIS DA CRIANÇA E DOS IDOSOS</i> | |
| 17. Proteção à maternidade e à infância | 325 |
| 18. Direitos dos idosos | 325 |

Título IV

DIREITO DE NACIONALIDADE

Capítulo I – Teoria do Direito de Nacionalidade

| | |
|---|-----|
| 1. Conceito de nacionalidade | 326 |
| 2. Natureza do direito de nacionalidade | 327 |

3. Nacionalidade primária e nacionalidade secundária 328
4. Modos de aquisição da nacionalidade 328
5. O polipátrida e o “heimatlos” 329

Capítulo II – Direito de Nacionalidade Brasileira

1. Formação do povo brasileiro 332
2. Fonte constitucional do direito de nacionalidade 333
3. Os brasileiros natos 334
4. Os brasileiros naturalizados 339
5. Condição jurídica do brasileiro nato 339
6. Condição jurídica do brasileiro naturalizado 340
7. Perda da nacionalidade brasileira 340
8. Reaquisição da nacionalidade brasileira 341

Capítulo III – Condição Jurídico Estrangeiro no Brasil

1. O estrangeiro 342
2. Especial condição jurídica dos portugueses no Brasil 342
3. Locomoção no território nacional 344
4. Aquisição e gozo dos direitos civis 345
5. Gozo dos direitos individuais e sociais 346
6. Não aquisição de direitos políticos 347
7. Asilo político 347
8. Extradicação 348
9. Expulsão 349
10. Deportação 350

Título V

DIREITO DE CIDADANIA

Capítulo I – Dos Direitos Políticos

1. Conceito e abrangência 351
2. Direitos políticos, nacionalidade e cidadania 352
3. Modalidades de direitos políticos 353
4. Aquisição da cidadania 353

Capítulo II – Dos Direitos Políticos Positivos

- I. *CONCEITO E INSTITUIÇÕES*
 1. Conceito 355
 2. Instituições 355
- II. *DIREITO DE SUFRÁGIO*
 3. Conceito e funções do sufrágio 356
 4. Formas de sufrágio 357
 5. Natureza do sufrágio 362
 6. Titulares do direito de sufrágio 362
 7. Capacidade eleitoral ativa 363
 8. Exercício do sufrágio: o voto 363
 9. Natureza do voto 364

| | |
|---|-----|
| 10. Caracteres do voto..... | 365 |
| 11. Organização do eleitorado..... | 370 |
| 12. O corpo eleitoral..... | 372 |
| 13. Elegibilidade e condições de elegibilidade..... | 373 |
| 14. Os eleitos e o mandato político – Remissão..... | 374 |
| <i>III. SISTEMAS ELEITORAIS</i> | |
| 15. As eleições..... | 375 |
| 16. Reeleição..... | 376 |
| 17. O sistema majoritário..... | 377 |
| 18. O sistema proporcional..... | 378 |
| 19. O sistema misto..... | 383 |
| <i>IV. PROCEDIMENTO ELEITORAL</i> | |
| 20. Noção e fases..... | 385 |
| 21. Apresentação das candidaturas..... | 385 |
| 22. O escrutínio..... | 386 |
| 23. O contencioso eleitoral..... | 386 |

Capítulo III – Dos Direitos Políticos Negativos

| | |
|---|-----|
| <i>I. SIGNIFICADO</i> | |
| 1. Conceito..... | 387 |
| 2. Conteúdo..... | 387 |
| 3. Interpretação..... | 388 |
| <i>II. PRIVAÇÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS</i> | |
| 4. Modos de privação dos direitos políticos..... | 388 |
| 5. Perda dos direitos políticos..... | 389 |
| 6. Suspensão dos direitos políticos..... | 390 |
| 7. Competência para decidir sobre perda e suspensão de direitos políticos.... | 392 |
| <i>III. REAQUISIÇÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS</i> | |
| 8. Condições de reacquirição dos direitos políticos..... | 392 |
| 9. Reacquirição dos direitos políticos perdidos..... | 393 |
| 10. Reacquirição dos direitos políticos suspensos..... | 393 |
| <i>IV. INELEGIBILIDADES</i> | |
| 11. Conceito de inelegibilidade..... | 394 |
| 12. Objeto e fundamentos das inelegibilidades..... | 394 |
| 13. Eficácia das normas sobre inelegibilidades..... | 395 |
| 14. Inelegibilidades absolutas e relativas..... | 396 |
| 15. Desincompatibilização..... | 398 |

Capítulo IV – Dos Partidos Políticos

| | |
|--|-----|
| <i>I. IDEIA DE PARTIDO POLÍTICO</i> | |
| 1. Noção de partido político..... | 400 |
| 2. Origem e evolução dos partidos..... | 400 |
| 3. Sistemas partidários..... | 403 |

| | |
|---|-----|
| 4. Institucionalização jurídico-constitucional dos partidos. Controles... | 404 |
| 5. Função dos partidos e partido de oposição..... | 406 |
| 6. Natureza jurídica dos partidos..... | 408 |
| <i>II. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA</i> | |
| 7. Liberdade partidária | 409 |
| 8. Condicionamentos à liberdade partidária..... | 410 |
| 9. Autonomia e democracia partidária..... | 411 |
| 10. Disciplina e fidelidade partidária | 412 |
| 11. Sistema de controles dos partidos brasileiros | 413 |
| <i>III. PARTIDOS E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA</i> | |
| 12. Partidos e elegibilidade | 414 |
| 13. Partido e exercício do mandato..... | 415 |
| 14. Sistema partidário e sistema eleitoral..... | 415 |

Título VI
GARANTIAS CONSTITUCIONAIS

Capítulo I – Direitos e Suas Garantias

| | |
|---|-----|
| 1. Garantia dos direitos..... | 418 |
| 2. Garantias constitucionais dos direitos | 418 |
| 3. Confronto entre direitos e garantias: a lição de Ruy Barbosa | 419 |
| 4. Classificação das garantias constitucionais..... | 424 |

Capítulo II – Garantias Constitucionais Individuais

| | |
|---|-----|
| <i>I. BASES CONSTITUCIONAIS</i> | |
| 1. Conceito | 425 |
| 2. Classificação | 425 |
| <i>II. O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE</i> | |
| 3. Conceito e fundamento constitucional | 426 |
| 4. Lei e a expressão “em virtude de lei” | 427 |
| 5. Legalidade e reserva de lei..... | 428 |
| 6. Legalidade e legitimidade..... | 430 |
| 7. Legalidade e poder regulamentar..... | 431 |
| 8. Legalidade e atividade administrativa..... | 433 |
| 9. Legalidade tributária..... | 434 |
| 10. Legalidade penal | 435 |
| 11. Princípios complementares do princípio da legalidade..... | 435 |
| 12. Controle de legalidade..... | 436 |
| <i>III. PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO JUDICIÁRIA</i> | |
| 13. Fundamento | 436 |
| 14. Monopólio judiciário do controle jurisdicional | 437 |
| 15. Direito de ação e de defesa..... | 437 |
| 16. Direito ao devido processo legal..... | 438 |
| 17. Direito a uma duração razoável do processo..... | 438 |
| <i>IV. ESTABILIDADE DOS DIREITOS SUBJETIVOS</i> | |
| 18. Segurança das relações jurídicas..... | 439 |

| | |
|---|-----|
| 19. Direito adquirido..... | 440 |
| 20. Ato jurídico perfeito..... | 441 |
| 21. Coisa julgada..... | 442 |
| V. DIREITO À SEGURANÇA | |
| 22. Considerações gerais..... | 443 |
| 23. Segurança do domicílio..... | 443 |
| 24. Segurança das comunicações pessoais..... | 444 |
| 25. Segurança em matéria penal..... | 444 |
| 26. Segurança em matéria tributária..... | 447 |
| VI. REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS | |
| 27. Remédios, ações e garantias..... | 448 |
| 28. Direito de petição..... | 448 |
| 29. Direito a certidões..... | 450 |
| 30. “Habeas corpus”..... | 450 |
| 31. Mandado de segurança individual..... | 452 |
| 32. Mandado de injunção..... | 454 |
| 33. “Habeas data”..... | 459 |
| <i>Capítulo III – Garantias dos Direitos Coletivos, Sociais e Políticos</i> | |
| I. GENERALIDADES | |
| 1. Colocação do tema..... | 464 |
| II. GARANTIAS DOS DIREITOS COLETIVOS | |
| 2. Esclarecimentos prévios..... | 464 |
| 3. Mandado de segurança coletivo..... | 465 |
| 4. Mandado de injunção coletivo..... | 468 |
| 5. Ação popular..... | 468 |
| III. GARANTIAS DOS DIREITOS SOCIAIS | |
| 6. Normatividade dos direitos sociais..... | 471 |
| 7. Tutela jurisdicional dos hipossuficientes..... | 472 |
| 8. Sindicalização e direito de greve..... | 472 |
| 9. Decisões judiciais normativas..... | 473 |
| 10. Garantias de outros direitos sociais..... | 473 |
| IV. GARANTIA DOS DIREITOS POLÍTICOS | |
| 11. Definição do tema – Remissão..... | 473 |
| 12. Eficácia dos direitos fundamentais..... | 474 |

TERCEIRA PARTE

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO E DOS PODERES

Título I

DA ESTRUTURA BÁSICA DA FEDERAÇÃO

Capítulo I – Das Entidades Componentes da Federação Brasileira

| | |
|--------------------------|-----|
| 1. Questão de ordem..... | 477 |
|--------------------------|-----|

| | |
|---|-----|
| 2. Componentes do Estado Federal | 477 |
| 3. Brasília | 478 |
| 4. A posição dos Territórios..... | 479 |
| 5. Formação dos Estados | 479 |
| 6. Os Municípios na federação | 480 |
| 7. Vedações constitucionais de natureza federativa..... | 482 |

Capítulo II – Da Repartição de Competências

| | |
|---|-----|
| 1. O problema da repartição de competências federativas | 483 |
| 2. O princípio da predominância do interesse..... | 484 |
| 3. Técnicas de repartição de competências..... | 484 |
| 4. Sistema da Constituição de 1988..... | 485 |
| 5. Classificação das competências..... | 485 |
| 6. Sistema de execução de serviços | 488 |
| 7. Gestão associada de serviços públicos..... | 489 |

Capítulo III – Da Intervenção nos Estados e nos Municípios

| | |
|--|-----|
| <i>I. AUTONOMIA E INTERVENÇÃO</i> | |
| 1. Autonomia e equilíbrio federativo..... | 490 |
| 2. Natureza da intervenção | 490 |
| <i>II. INTERVENÇÃO FEDERAL NOS ESTADOS E NO DISTRITO FEDERAL</i> | |
| 3. Pressupostos de fundo da intervenção. Casos e finalidades..... | 491 |
| 4. Pressupostos formais. O ato de intervenção: limites e requisitos..... | 492 |
| 5. Controle político e jurisdicional da intervenção..... | 494 |
| 6. Cessação da intervenção: consequências | 495 |
| 7. O interventor. Responsabilidade civil..... | 495 |
| <i>III. INTERVENÇÃO NOS MUNICÍPIOS</i> | |
| 8. Fundamento constitucional | 496 |
| 9. Motivos para a intervenção nos Municípios | 496 |
| 10. Competência para intervir | 497 |

**Título II
DO GOVERNO DA UNIÃO**

Capítulo I – Da União Como Entidade Federativa

| | |
|---|-----|
| <i>I. NATUREZA DA UNIÃO</i> | |
| 1. Significado e conceito de União | 498 |
| 2. União federal e Estado federal | 499 |
| 3. Posição da União no Estado federal | 499 |
| 4. União e pessoa jurídica de Direito Internacional | 500 |
| 5. União como pessoa jurídica de direito interno..... | 501 |
| 6. Bens da União | 501 |
| <i>II. COMPETÊNCIAS DA UNIÃO</i> | |
| 7. Noção e classificação..... | 502 |

| | |
|--|-----|
| 8. Competência internacional e competência política..... | 502 |
| 9. Competência administrativa..... | 503 |
| 10. Competência na área de prestação de serviços..... | 504 |
| 11. Competência em matéria urbanística..... | 505 |
| 12. Competência econômica..... | 506 |
| 13. Competência social..... | 506 |
| 14. Competência financeira e monetária..... | 507 |
| 15. Competência material comum | 507 |
| 16. Competência legislativa..... | 508 |
| <i>III. ORGANIZAÇÃO DOS PODERES DA UNIÃO</i> | |
| 17. Poderes da União..... | 511 |
| 18. Sistema de governo | 511 |

Capítulo II – Do Poder Legislativo

| | |
|---|-----|
| <i>I. ORGANIZAÇÃO</i> | |
| 1. O Congresso Nacional | 515 |
| 2. A Câmara dos Deputados..... | 516 |
| 3. O Senado Federal..... | 517 |
| 4. Organização interna das Casas do Congresso..... | 518 |
| 5. Comissão representativa | 523 |
| <i>II. FUNCIONAMENTO E ATRIBUIÇÕES</i> | |
| 6. Funcionamento do Congresso Nacional..... | 523 |
| 7. Atribuições do Congresso Nacional | 527 |
| 8. Atribuições privativas da Câmara dos Deputados | 528 |
| 9. Atribuições privativas do Senado Federal..... | 528 |
| 10. Convocação e comparecimento de Ministros | 530 |
| <i>III. PROCESSO LEGISLATIVO</i> | |
| 11. Conceito e objeto..... | 531 |
| 12. Atos do processo legislativo..... | 532 |
| 13. Procedimentos legislativos | 537 |
| <i>IV. ESTATUTO DOS CONGRESSISTAS</i> | |
| 14. Conteúdo | 542 |
| 15. Prerrogativas | 542 |
| 16. Direitos: subsídio | 545 |
| 17. Incompatibilidades..... | 546 |
| 18. Perda do mandato | 548 |

Capítulo III – Do Poder Executivo

| | |
|--|-----|
| 1. Noção e formas | 551 |
| 2. Chefe de Estado e Chefe de Governo..... | 551 |

| | |
|--|-----|
| 3. Eleição e mandato do Presidente da República..... | 552 |
| 4. Substitutos e sucessores do Presidente | 554 |
| 5. Subsídios | 555 |
| 6. Perda do mandato do Presidente e do Vice | 556 |
| 7. Atribuições do Presidente da República..... | 557 |
| 8. Classificação das atribuições do Presidente da República..... | 558 |
| 9. Responsabilidade do Presidente da República..... | 559 |

Capítulo IV – Do Poder Judiciário

| | |
|---|-----|
| <i>I. JURISDIÇÃO</i> | |
| 1. A função jurisdicional..... | 562 |
| 2. Jurisdição e legislação | 563 |
| 3. Jurisdição e administração | 564 |
| 4. Órgãos da função jurisdicional | 565 |
| <i>II. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL</i> | |
| 5. Jurisdição constitucional, guarda da Constituição e Corte Constitucional..... | 566 |
| 6. Composição do STF..... | 568 |
| 7. Competência..... | 568 |
| 8. Descumprimento de preceito constitucional fundamental | 571 |
| <i>III. SÚMULAS VINCULANTES</i> | |
| 9. Súmulas vinculantes, súmulas impeditivas de recursos e efeito vinculante | 572 |
| 10. Súmulas vinculantes e assentos da jurisprudência..... | 573 |
| 11. Disciplina das súmulas vinculantes | 574 |
| 12. Súmulas impeditivas de recurso | 575 |
| 13. Efeito vinculante | 576 |
| <i>IV. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA</i> | |
| 14. Controle externo do Poder Judiciário..... | 577 |
| 15. Composição do Conselho..... | 577 |
| 16. Funcionamento | 578 |
| 17. Competência..... | 579 |
| 18. Ouvidorias..... | 580 |
| <i>V. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA</i> | |
| 19. Composição | 580 |
| 20. Competência..... | 581 |
| 21. Conselho da Justiça Federal..... | 583 |
| <i>VI. JUSTIÇA FEDERAL</i> | |
| 22. Seus órgãos | 583 |
| 23. Tribunais Regionais Federais..... | 584 |

| | |
|---|-----|
| 24. Juízes Federais..... | 585 |
| <i>VII. JUSTIÇA DO TRABALHO</i> | |
| 25. Organização..... | 587 |
| 26. Competência..... | 589 |
| 27. Recorribilidade das decisões do TST..... | 590 |
| <i>VIII. JUSTIÇA ELEITORAL</i> | |
| 28. Organização e competência | 590 |
| 29. Recorribilidade de suas decisões | 592 |
| <i>IX. JUSTIÇA MILITAR</i> | |
| 30. Composição | 592 |
| 31. Competência..... | 592 |
| <i>X. JUIZADOS ESPECIAIS E DE PAZ</i> | |
| 32. Juizados especiais | 593 |
| 33. Justiça de paz..... | 593 |
| <i>XI. ESTATUTO DA MAGISTRATURA E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO</i> | |
| 34. Princípios estatutários da magistratura | 594 |
| 35. Espécies de garantias do Judiciário | 597 |
| 36. Garantias institucionais do Judiciário | 598 |
| 37. Garantias funcionais do Judiciário | 600 |
| 38. Mecanismos de aceleração dos processos | 601 |
| 39. Escolas de magistrados..... | 602 |

Capítulo V – Das Funções Essenciais à Justiça

| | |
|---|-----|
| <i>I. FUNCIONAMENTO DA JUSTIÇA</i> | |
| 1. “Nemo iudex sine actore” | 604 |
| 2. Carreiras jurídicas e isonomia concreta | 605 |
| <i>II. O ADVOGADO</i> | |
| 3. Uma profissão | 605 |
| 4. O advogado e a administração da justiça | 607 |
| 5. Inviolabilidade | 607 |
| <i>III. O MINISTÉRIO PÚBLICO</i> | |
| 6. Natureza e princípios institucionais..... | 607 |
| 7. Estrutura orgânica | 609 |
| 8. Garantias | 612 |
| 9. Funções institucionais..... | 613 |
| 10. Conselho Nacional do Ministério Público..... | 613 |
| <i>IV. A ADVOCACIA PÚBLICA</i> | |
| 11. Advocacia-Geral da União..... | 615 |
| 12. Representação das unidades federadas – Remissão | 616 |

V. A DEFENSORIA PÚBLICA

| | |
|--|-----|
| 13. Defensorias Públicas e a defesa dos necessitados | 617 |
| 14. Princípios | 617 |

Título III

DOS ESTADOS, DOS MUNICÍPIOS E DO DISTRITO FEDERAL*Capítulo I – Dos Estados Federados*

| | |
|--|-----|
| <i>I. FORMAÇÃO CONSTITUCIONAL DOS ESTADOS</i> | |
| 1. Autonomia dos Estados | 620 |
| 2. Auto-organização e Poder Constituinte Estadual | 621 |
| 3. Formas de expressão do Constituinte Estadual | 622 |
| 4. Limites do Poder Constituinte dos Estados | 623 |
| 5. Princípios constitucionais sensíveis | 624 |
| 6. Princípios constitucionais estabelecidos | 625 |
| 7. Interpretação dos princípios limitadores da capacidade organizadora dos Estados | 629 |
| <i>II. COMPETÊNCIAS ESTADUAIS</i> | |
| 8. Questão de ordem | 629 |
| 9. Competências reservadas aos Estados | 630 |
| 10. Competências vedadas aos Estados | 630 |
| 11. Competência exclusiva especificada | 631 |
| 12. Competências estaduais comuns e concorrentes | 631 |
| 13. Competências estaduais materiais | 632 |
| 14. Competência legislativa | 634 |
| <i>III. ORGANIZAÇÃO DOS GOVERNOS ESTADUAIS</i> | |
| 15. Esquema constitucional | 634 |
| 16. Poder Legislativo estadual | 634 |
| 17. Poder Executivo estadual | 639 |
| 18. Poder Judiciário estadual | 643 |
| 19. Funções essenciais à Justiça estadual | 646 |
| <i>IV. CONTEÚDO DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL</i> | |
| 20. Considerações gerais | 648 |
| 21. Elementos limitativos | 649 |
| 22. Elementos orgânicos | 649 |
| 23. Elementos socioideológicos | 650 |
| 24. Conclusão | 650 |

Capítulo II – Dos Municípios

| | |
|---|-----|
| <i>I. POSIÇÃO DO MUNICÍPIO NA FEDERAÇÃO</i> | |
| 1. Fundamentos constitucionais | 651 |
| 2. Município, entidade federada? | 652 |

| | |
|---|-----|
| <i>II. AUTONOMIA MUNICIPAL</i> | |
| 3. Base constitucional da autonomia municipal | 652 |
| 4. Capacidade de auto-organização municipal..... | 654 |
| 5. Lei Orgânica própria..... | 654 |
| 6. Competências municipais | 655 |
| <i>III. GOVERNO MUNICIPAL</i> | |
| 7. Poderes municipais | 656 |
| 8. Poder Executivo municipal..... | 657 |
| 9. Poder Legislativo municipal..... | 658 |
| 10. Subsídios de Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores | 660 |

Capítulo III – Do Distrito Federal

| | |
|--|-----|
| <i>I. PRINCÍPIOS ORGANIZACIONAIS</i> | |
| 1. Natureza..... | 662 |
| 2. Autonomia | 662 |
| 3. Auto-organização | 663 |
| 4. Competências..... | 663 |
| <i>II. GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL</i> | |
| 5. Poder Legislativo | 664 |
| 6. Poder Executivo..... | 664 |
| 7. Poder Judiciário | 665 |
| 8. Funções essenciais à Justiça no Distrito Federal..... | 666 |

Título IV
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Capítulo I – Estruturas Básicas da Administração Pública

| | |
|--|-----|
| <i>I. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA</i> | |
| 1. Noção de Administração..... | 667 |
| 2. Organização da Administração..... | 668 |
| 3. Administração direta, indireta e fundacional..... | 668 |
| <i>II. ÓRGÃOS SUPERIORES DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL</i> | |
| 4. Natureza e posição | 670 |
| 5. Os Ministros no parlamentarismo e no presidencialismo | 670 |
| 6. Atribuições dos Ministros | 671 |
| 7. Condições de investidura no cargo | 671 |
| 8. Responsabilidade dos Ministros | 672 |
| 9. Juízo competente para processar e julgar os Ministros..... | 672 |
| 10. Os Ministérios | 672 |
| <i>III. CONSELHOS</i> | |
| 11. Generalidades | 674 |
| 12. Conselho da República | 674 |

13. Conselho de Defesa Nacional..... 675
 14. Conselho de Comunicação Social 675

IV. ÓRGÃOS SUPERIORES ESTADUAIS E MUNICIPAIS

15. Organização administrativa de Estados e Municípios 676
 16. Secretários de Estado 676
 17. Órgãos superiores municipais..... 677

V. REGIÕES

18. Regiões e microrregiões..... 677
 19. Organismos regionais 677
 20. Regionalização orçamentária..... 678
 21. Regiões metropolitanas 679

Capítulo II – Dos Princípios Constitucionais da Administração Pública

1. Colocação do tema 680
 2. Princípios da legalidade e da finalidade..... 681
 3. Princípio da impessoalidade 681
 4. Princípio da moralidade e da probidade administrativas 682
 5. Princípio da publicidade 683
 6. Princípio da eficiência 685
 7. Princípio da licitação pública..... 686
 8. Princípio da prescritibilidade dos ilícitos administrativos..... 687
 9. Princípio da responsabilidade civil da Administração 688
 10. Princípio da participação..... 690
 11. Princípio da autonomia gerencial 690

Capítulo III – Dos Servidores Públicos

I. AGENTES ADMINISTRATIVOS

1. Agentes políticos e administrativos 691
 2. Acessibilidade à função administrativa 692
 3. Investidura em cargo ou emprego..... 693
 4. Contratação de pessoal temporário..... 695
 5. Sistema remuneratório dos agentes públicos 696
 6. Acréscimos pecuniários e regras de sua singeleza..... 701
 7. Isonomia, paridade, vinculação e equiparação de vencimentos..... 701
 8. Vedação de acumulações remuneradas 703
 9. Servidor investido em mandato eletivo 704

II. SERVIDORES PÚBLICOS

10. Execução de serviços na Federação e organização do funcionalismo 705
 11. Direitos previdenciários dos servidores públicos 706
 12. Efetividade e estabilidade 711
 13. Vitaliciedade..... 713

| | |
|---|-----|
| 14. Sindicalização e greve de servidores públicos..... | 713 |
| 15. Direitos trabalhistas extensivos aos servidores..... | 715 |
| <i>III. DOS MILITARES</i> | |
| 16. Conceito | 716 |
| 17. Direitos e garantias constitucionais dos servidores militares | 717 |
| 18. Direitos trabalhistas extensivos aos servidores militares..... | 720 |

Título V

BASES CONSTITUCIONAIS DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Capítulo I – Do Sistema Tributário Nacional

| | |
|--|-----|
| <i>I. DISPOSIÇÕES GERAIS DA TRIBUTAÇÃO</i> | |
| 1. Questão de ordem | 721 |
| 2. Componentes | 722 |
| 3. Empréstimo compulsório..... | 722 |
| 4. Contribuições sociais | 723 |
| 5. Normas de prevenção de conflitos tributários | 724 |
| 6. Elementos do sistema tributário nacional | 727 |
| <i>II. LIMITAÇÕES DO PODER DE TRIBUTAR</i> | |
| 7. Poder de tributar e suas limitações | 727 |
| 8. Princípios constitucionais da tributação e sua classificação..... | 728 |
| <i>III. DISCRIMINAÇÃO CONSTITUCIONAL DAS RENDAS TRIBUTÁRIAS</i> | |
| 9. Natureza e conceito | 736 |
| 10. Sistema discriminatório brasileiro | 737 |
| <i>IV. DISCRIMINAÇÃO DAS RENDAS POR FONTES</i> | |
| 11. Atribuição constitucional de competência tributária | 738 |
| 12. Competência tributária da União | 738 |
| 13. Competência tributária dos Estados..... | 742 |
| 14. Competência tributária dos Municípios | 745 |
| <i>V. DISCRIMINAÇÃO DAS RENDAS PELO PRODUTO</i> | |
| 15. Repartição de receitas e federalismo cooperativo..... | 747 |
| 16. Técnicas de repartição da receita tributária | 747 |
| 17. Normas de controle e disciplina da repartição de receita tributária .. | 750 |

Capítulo II – Das Finanças Públicas e do Sistema Orçamentário

| | |
|--|-----|
| <i>I. NORMAS SOBRE FINANÇAS PÚBLICAS</i> | |
| 1. Colocação do tema | 751 |
| 2. Normas gerais..... | 751 |
| 3. Função do Banco Central | 752 |

| | |
|--|-----|
| <i>II. ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS</i> | |
| 4. Instrumentos normativos do sistema orçamentário | 752 |
| 5. Orçamento-programa | 754 |
| <i>III. PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS</i> | |
| 6. Conteúdo dos orçamentos | 755 |
| 7. Formulação dos princípios orçamentários | 756 |
| 8. O princípio da exclusividade..... | 756 |
| 9. O princípio da programação..... | 757 |
| 10. O princípio do equilíbrio orçamentário..... | 758 |
| 11. O princípio da anualidade | 759 |
| 12. O princípio da unidade | 760 |
| 13. O princípio da universalidade..... | 761 |
| 14. O princípio da legalidade..... | 762 |
| 15. Princípios da não vinculação e da quantificação dos créditos orçamentários | 763 |
| <i>IV. ELABORAÇÃO DAS LEIS ORÇAMENTÁRIAS</i> | |
| 16. Leis orçamentárias..... | 764 |
| 17. Processo de formação das leis orçamentárias..... | 764 |
| 18. Rejeição do projeto de orçamento anual e suas consequências | 766 |

Capítulo III – Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária

| | |
|--|-----|
| <i>I. FISCALIZAÇÃO E SISTEMAS DE CONTROLE</i> | |
| 1. A função de fiscalização | 768 |
| 2. Formas de controle..... | 769 |
| 3. O sistema de controle interno..... | 770 |
| 4. O sistema de controle externo | 771 |
| <i>II. TRIBUNAIS DE CONTAS</i> | |
| 5. Instituição do Tribunal de Contas da União | 772 |
| 6. Organização e atribuições do Tribunal de Contas da União..... | 773 |
| 7. Participação popular | 776 |
| 8. Tribunais de Contas estaduais e municipais..... | 776 |
| 9. Natureza do controle externo e do Tribunal de Contas | 777 |
| 10. Prestação de contas | 778 |

Título VI
**DA DEFESA DO ESTADO
E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS**

Capítulo I – Do Estado de Defesa e do Estado de Sítio

| | |
|--|-----|
| <i>I. SISTEMA CONSTITUCIONAL DAS CRISES</i> | |
| 1. Defesa do Estado e compromissos democráticos..... | 779 |
| 2. Defesa das instituições democráticas | 780 |

| | |
|--|-----|
| 3. Tipos de estados de exceção vigentes | 782 |
| <i>II. ESTADO DE DEFESA</i> | |
| 4. Defesa do Estado e estado de defesa | 782 |
| 5. Pressupostos e objetivo..... | 783 |
| 6. Efeitos e execução do estado de defesa..... | 784 |
| 7. Controles..... | 784 |
| <i>III. ESTADO DE SÍTIO</i> | |
| 8. Pressupostos, objetivos e conceito | 786 |
| 9. Efeitos do estado de sítio..... | 788 |
| 10. Controles do estado de sítio..... | 789 |

Capítulo II – Das Forças Armadas

| | |
|---|-----|
| 1. Destinação constitucional..... | 790 |
| 2. Instituições nacionais permanentes..... | 791 |
| 3. Hierarquia e disciplina | 792 |
| 4. Componentes das Forças Armadas | 793 |
| 5. Fixação e modificação dos efetivos das Forças Armadas..... | 793 |
| 6. A obrigação militar..... | 793 |
| 7. Organização militar e seus servidores | 795 |

Capítulo III – Da Segurança Pública

| | |
|--|-----|
| 1. Polícia e segurança pública..... | 796 |
| 2. Organização da segurança pública..... | 798 |
| 3. Polícias federais | 799 |
| 4. Polícias estaduais..... | 800 |
| 5. Polícias penais..... | 801 |
| 6. Guardas municipais..... | 801 |
| 7. Segurança viária..... | 802 |

QUARTA PARTE

DA ORDEM ECONÔMICA E DA ORDEM SOCIAL

Título I

DA ORDEM ECONÔMICA

Capítulo I – Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica

| | |
|--|-----|
| <i>I. BASES CONSTITUCIONAIS DA ORDEM ECONÔMICA</i> | |
| 1. Questão de ordem | 805 |
| 2. Constitucionalização da ordem econômica..... | 806 |
| 3. Elementos socioideológicos | 807 |
| 4. Fundamento e natureza da ordem econômica instituída | 808 |
| 5. Fim da ordem econômica..... | 808 |

II. CONSTITUIÇÃO ECONÔMICA E SEUS PRINCÍPIOS

| | |
|---|-----|
| 6. Ideia de constituição econômica | 810 |
| 7. Princípios da constituição econômica formal | 811 |
| 8. Soberania nacional econômica | 812 |
| 9. Liberdade de iniciativa econômica | 813 |
| 10. Livre concorrência e abuso do poder econômico | 815 |
| 11. Princípios de integração | 816 |
| 12. Empresa brasileira e capital estrangeiro | 817 |

III. ATUAÇÃO ESTATAL NO DOMÍNIO ECONÔMICO

| | |
|---|-----|
| 13. Capitalismo, socialismo e estatismo | 820 |
| 14. Serviço público e atividade econômica estatal | 821 |
| 15. Modos de atuação do Estado na economia | 824 |
| 16. Exploração estatal de atividade econômica..... | 824 |
| 17. Monopólios..... | 826 |
| 18. Intervenção no domínio econômico | 827 |
| 19. Planejamento econômico..... | 829 |

Capítulo II – Das Propriedades na Ordem Econômica

| | |
|--|-----|
| 1. O princípio da propriedade privada | 832 |
| 2. Propriedade dos meios de produção e propriedade socializada | 832 |
| 3. Função social da empresa e condicionamento à livre iniciativa | 834 |
| 4. Propriedade de interesse público..... | 835 |
| 5. Propriedade do solo, do subsolo e de recursos naturais..... | 835 |
| 6. Propriedade de embarcações nacionais..... | 836 |
| 7. Política urbana e propriedade urbana | 836 |
| 8. Propriedade rural e reforma agrária | 839 |

Capítulo III – Do Sistema Financeiro Nacional

| | |
|---|-----|
| 1. Generalidades | 845 |
| 2. As alterações da EC-40/2003 | 845 |
| 3. Lei complementar e recepção constitucional | 846 |
| 4. Sentido e objetivos..... | 847 |
| 5. Participação do capital estrangeiro nas instituições financeiras | 847 |
| 6. Cooperativas de crédito..... | 848 |

Título II

DA ORDEM SOCIAL*Capítulo I – Introdução à Ordem Social*

| | |
|--|-----|
| 1. Considerações gerais..... | 849 |
| 2. Base e objetivo da ordem social..... | 849 |
| 3. Conteúdo e princípios da ordem social | 849 |

Capítulo II – Da Seguridade Social

| | |
|--|-----|
| 1. Conteúdo, princípios e financiamentos da seguridade social..... | 851 |
| 2. Saúde | 852 |
| 3. Previdência social | 854 |
| 4. Assistência social | 858 |

Capítulo III – Da Ordem Constitucional da Cultura

| | |
|--|-----|
| 1. Questão de ordem | 859 |
| 2. Educação | 859 |
| 3. Princípios básicos do ensino | 860 |
| 4. Autonomia universitária | 861 |
| 5. Ensino público..... | 862 |
| 6. Ensino pago e ensino gratuito | 864 |
| 7. Cultura e direitos culturais | 867 |
| 8. Desporto..... | 869 |
| 9. Ciência e tecnologia..... | 869 |
| 10. Comunicação social..... | 870 |
| 11. Meio ambiente..... | 871 |

Capítulo IV – Da Família, da Criança, do Adolescente e da Pessoa Idosa

| | |
|--|-----|
| 1. A família..... | 874 |
| 2. Tutela da criança, do adolescente e do jovem..... | 875 |
| 3. Tutela dos idosos | 876 |

Capítulo V – Dos Índios

| | |
|--|-----|
| 1. Fundamentos constitucionais dos direitos indígenas..... | 877 |
| 2. Organização social dos índios: comunidade, etnia e nação..... | 877 |
| 3. Direitos sobre as terras indígenas | 880 |
| 4. Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios | 881 |
| 5. O indigenato | 883 |
| 6. Posse permanente | 885 |
| 7. Usufruto exclusivo | 886 |
| 8. Mineração em terras indígenas | 886 |
| 9. Demarcação das terras indígenas | 887 |
| 10. Defesa dos direitos e interesses dos índios..... | 888 |

QUINTA PARTE

CONCLUSÃO GERAL

| | |
|-----------------------------------|-----|
| <i>Capítulo Único</i> | 891 |
| BIBLIOGRAFIA CITADA | 893 |
| ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO | 923 |